
LONDRES – Espaço da LAC em encontros da ICANN
Segunda-feira, 23 de junho de 2014 – 13:00 a 14:30
ICANN – Londres, Inglaterra

RODRIGO DE LA PARRA: Sou Rodrigo de la Parra. Ok, vamos começar. Podemos ver a pauta na tela. Bom, ela estava na tela antes. Vamos colocá-la na tela novamente. Mas teremos que dividir esta sessão em três partes. Vamos começar o painel em relação aos contratos de livre comércio e Internet, liderado por Celia.

Depois disso, teremos uma sessão sobre as atualizações do IGF regional. Louis do ICTU e Fatima Cambroner do fórum regional LAC IGF estão aqui. E depois falaremos sobre as atividades do plano estratégico. E agora passo a palavra a Vanda Scartezini.

VANDA SCARTEZINI: Sou Vanda Scartezini. Obrigada pela presença de vocês. Por participar deste encontro. Não temos muito tempo para toda a agenda, então quero passar a palavra a [inaudível] para apresentar nossa entidade. E depois disso passar a palavra a Rodrigo [espanhol]... porque teremos uma pauta muito cheia. Eu não posso ficar aqui porque pertenço ao NomCom e nossa sessão já começou.

E não é neste hotel, então preciso ir embora assim que terminar de falar, assim que Celia terminar sua apresentação, porque estou muito interessada nessa apresentação. Por favor, Celia, pode falar.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

CELIA LERMAN:

Sou Celia Lerman. Muito obrigada. Bem-vindos ao Espaço da LAC. Isso faz parte da Estratégia da LAC. É um espaço para todas as partes interessadas, especialmente em negócios. E dentro disso, temos o tópico interessante dos contratos de livre comércio e como eles afetam a governança da Internet.

Gostaria de agradecer a [inaudível], Vanda, Rodrigo por todo o seu trabalho, e também aos nossos panelistas. Também está aqui [inaudível] da Universidade [inaudível], da Costa Rica. Ele veio da Costa Rica e é especialista nesses tratados, especialmente relacionados à América Central. Também temos Margarita Valdez, ela nos contará sobre a experiência chilena.

E na ICANN, eu represento o instituto. Estou usando meu boné, pois sou professora da universidade [inaudível]. Agora vou carregar a apresentação.

Sou Celia. Bem-vindos novamente.

Sou Celia. Vamos começar em breve. Temos alguns problemas técnicos para resolver primeiro.

Sou Celia. Sentem-se para que possamos começar em breve. Temos uma pauta muito cheia.

Ok, vamos começar. Sou Celia. Como eu disse antes, hoje falaremos sobre contratos de livre comércio e seu impacto sobre as políticas de Internet na América Latina. Esse estudo está sendo realizado pela

universidade [inaudível], junto com a Pennsylvania University. [inaudível] e [Martina] também estão me ajudando.

Para isso, teremos três panelistas conosco hoje. Já os apresentei, então vamos para o próximo slide. Próximo slide, ok. Temos Andreas, como eu disse, ele vem da universidade [inaudível] e é especialista em propriedade intelectual e membro do [inaudível]. Ele estudou contratos de livre comércio na América Central.

Também temos Margarita Valdez, da Net Chile, ela nos contará sobre as experiências chilenas. Teremos outros membros. A ideia é ter debates fluidos e a participação do CSS é muito importante. Não sei se vocês estão vendo bem a tela, mas qual é a parte mais interessante desses tratados?

Houve normas em relação às políticas de Internet em contratos de livre comércio bilaterais e unilaterais. O Chile foi pioneiro com seu tratado com os Estados Unidos e isso foi replicado em [inaudível], bem como em nível regional, na América Central.

Talvez vocês não possam ver nessa tela, mas temos cláusulas diferentes. Algumas cláusulas afetam diretamente os nomes de domínio. O que elas dizem? Bom, elas afetam a resolução de disputas. Elas também afetam o que conhecemos como WHOIS, qual é o banco de dados que os CCS devem ter. No nível dos CCS. Depois temos os tratados relacionados às responsabilidades de intermediários em termos de direitos autorais e propriedade intelectual, replicando o modelo dos Estados Unidos.

Esses tratados também contêm cláusulas relacionadas ao comércio eletrônico. Eles reconhecem a importância do comércio eletrônico. Eles também têm cláusulas relacionadas à proteção de dados e à telecomunicação. Eles têm esses posicionamentos, mas também têm algumas isenções de responsabilidade em relação à privacidade.

Eles dizem que haverá flexibilidade na aplicação e algumas outras questões de legislação interna. Como eu disse antes, esses tratados começaram no Chile, mas hoje em dia há mais de 11 países que adotam esse tipo de tratado. Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru, Panamá e República Dominicana.

Agora o México está participando de negociações do tratado de parceria transpácífico. Trata-se de um tratado e também acordo multilateral de comércio. Não é um acordo regional. E esse acordo é controverso porque é secreto.

O Chile e o Peru também participam. É interessante porque o Chile e para o Peru têm experiência nesse assunto. O México não, por isso precisa trocar informações e se adaptar à nova situação. Próximo slide, por favor. Aqui temos as cláusulas de resolução de disputas. O que elas dizem?

Esta é uma cláusula modelo. Ela foi replicada e a Associação Internacional de Marcas Registradas tem recomendações sobre esta cláusula. Cada parte deve exigir o gerenciamento de seus Domínios com Código de País, o [ccTLD fornece] [inaudível] com base nos princípios estabelecidos na URDP para resolver os problemas da pirataria cibernética de marcas registradas.

Isso é interessante, mais tarde, Margarita vai nos contar sua experiência, e em muitos casos foi implementado em nível local, mas dessa vez foi implementado em nível governamental. Mas em nível local, não houve a implementação de um sistema de resolução de disputas. Isso foi tanto positivo quanto negativo. Foi positivo porque foi uma possibilidade de começar a debater sobre isso, mas foi negativo porque isso foi feito com pressa.

Sabemos que às vezes na América Latina, fazemos as coisas com pressa, e houve alguns casos em que a UDRP foi adotada do jeito que estava. Tivemos algumas conversas com um cc e um caso muito interessante foi o da Costa Rica. No caso deles, para cumprir com o tratado, tiveram que adotar a UDRP como era. Eles não tiveram a chance de realizar debates internos.

Eles enviaram suas disputas a Genebra, à Organização de Propriedade Intelectual, a WIPO, e tiveram seu apoio. Mas em nível local, não houve disputas porque as partes não conheciam o significado das disputas, nem sabiam qual era a disputa. E com ponto CA, é muito difícil enviar algo a Genebra, porque eles interagem com Genebra.

Isso é muito distante da cultura local. Então, em 2012, começaram as renegociações em termos de governança interna da Internet. Eles criaram o órgão consultivo sobre governança da Internet, além de uma estrutura para implementar a URDP em nível local. E atualmente na WIPO, há um responsável local pelas resoluções de disputas na ordem dos advogados local.

Esse caso é muito interessante em termos de implementação do tratado.

Será que você poderia falar mais devagar para auxiliar os intérpretes?
Obrigada.

Sou Celia. Outro caso interessante, que eu vi [inaudível], ele também concordou em participar. O outro caso foi o de El Salvador. Eles dizem que vão implementar isso em nível local, por meio de um Provedor de Serviço de Resolução de Disputas em nível local.

Mas eles ainda não tiveram disputas. E essa implementação precisa ser melhor desenvolvida, por causa do que acontece com as disputas na América Latina sob esses tratados. Isso foi útil para a legislação local, mas a utilidade é real? Ou foi algo imposto externamente?

Vou explicar a legislação referente a esse tratado. Esse tratado de parceria transpacífico. O próximo tratado que será negociado, com Peru, Chile e México. Eles propõe não adotar a UDRP, porque ela serve para disputas genéricas. Ela foi concebida dentro da esfera da WIPO. Ela deve ser aplicada em nível local. Por exemplo, levando em conta as referências geográficas e o treinamento, é possível implementar a UDRP ou outro sistema rápido, um sistema rápido e local, que deve ser justo e equitativo, sem ser exigente demais.

Além disso, deve ser um sistema que não impeça a utilização de [processos]. Isso é algo que fazemos normalmente na América Latina. Faz parte da cultura latino-americana. Esses tipos de cláusulas devem oferecer mais flexibilidade. Outra opção que está sendo debatida na América Latina, na estratégia da região, é o que acontece se houver um fornecedor ou prestador de serviços local?

Bom, talvez esse prestador de serviços local possa ajudar melhor em nível local que um prestador de serviços externo. Em relação às questões de WHOIS, bem, esses tratados dizem que deve haver acesso on-line a um banco de dados preciso e confiável. E que a relação com as leis sobre dados pessoais e privacidade de dados devem ser levadas em conta.

Algumas leis, acho que as leis sobre dados pessoais, devem ser levadas em conta. Por exemplo, os tratados no Chile dizem que elas devem ser levadas em conta. Alguns outros estados dizem que podem ser levadas em conta. Por exemplo, em tratados com a América Central ou os Estados Unidos. E alguns outros tratados não mencionam as leis locais.

Adotar um sistema de WHOIS por meio de um contrato de livre comércio exige flexibilidade em nível local. Quando um país se compromete a obedecer esse texto tanto em nível local quanto global, o sistema de WHOIS pode mudar, e temos países em nossa região que estavam comprometidos a cumprir certos tratados e isso pode ser um problema para eles.

Portanto, é necessário oferecer uma certa flexibilidade na implementação para cumprir ou seguir padrões globais para ajudar o país. Há outra cláusula relacionada a nomes de domínio. Trata-se de uma nova cláusula no TPT. TPT é o tratado transpacífico. Esse tratado é secreto, mas houve uma versão Wiki, e é por isso que podemos falar dele agora.

Portanto, essa discussão não é oficial. E a terceira cláusula que vamos debater é da última versão de 2013, que diz que deve haver soluções

efetivas contra o tráfico de nomes de domínio. Essa é a solução tradicional, mas que outras soluções podemos encontrar?

Ok, podemos ter restrições, podemos ter multas. Isso exige uma discussão mais profunda, ou mais discussão, e temos canais com várias partes interessadas para fazer isso. Acho que seria adequado realizar essa discussão. Próximo, por favor. Aqui temos as cláusulas, como eu disse antes, relacionadas à responsabilidade dos Provedores de Serviços de Internet.

Não quero entrar em detalhes sobre isso, mas por exemplo no Chile, houve uma implementação interessante porque houve um debate no senado em nível local e finalmente a lei foi implementada, levando em conta as provisões locais. Eles disseram: "Não vamos implementar isso como foi redigido nos Estados Unidos, mas vamos levar em conta uma medida jurídica ou uma solução jurídica anterior.

Na Colômbia, eles têm uma situação similar, mas não puderam implementar isso em nível local, pois não tinham o consenso necessário para a implementação do tratado. Isso está sendo debatido e agora a administração está sendo modificada e eles precisarão definir quando e sob que termos isso seria implementado.

Próximo slide, por favor. Uma das perguntas que eu queria discutir com vocês e todos os panelistas é: como os contratos de livre comércio são adequados para regulamentar essas questões? Algumas pessoas dizem que eles são uma oportunidade de implementar leis para proteger o comércio e para proteger outros direitos em nível local.

Mas por outro lado, não podemos usar canais com várias partes interessadas nesse debate sobre a implementação? É interessante pensar nisso, e também devemos levar em conta a experiência de outros países para fazer essa implementação. Além disso, devemos levar em conta a discussão de outros tratados, como o TTP, ou o [inaudível], que tenham a ver com contratos ou questões de serviço.

Conclusões. Para iniciar a discussão, precisamos levar em conta a importância da cultura local para implementar esses tratados, e que eles devem ser flexíveis para refletir a cultura latino-americana e para adaptar a nossa cultura à cultura jurídica a fim de satisfazer as necessidades dos nomes de domínio, de propriedade intelectual, transparência e abertura, que são cruciais em um modelo com várias partes interessadas.

Essa troca de experiências é muito útil para que possamos informar, em nível local, quem informamos? Bom, precisamos informar os diplomatas, porque eles nem sempre estão por dentro das questões da Internet. Temos um longo caminho pela frente em relação à informação e ao compartilhamento de experiências. Para informar às pessoas o que está em jogo e a importância de defender o que fazemos.

Isso é tudo. Muito obrigada. Agora passarei a palavra a Andres.

ANDRES:

Andres [inaudível] falando. Obrigado, Celia e o comitê, pelo convite. É uma honra estar aqui com vocês. Esta é minha segunda reunião da ICANN. A primeira foi na Costa Rica e foi muito interessante porque eu nunca participado.

Agora é uma experiência muito emocionante estar aqui em Londres. Eu nasci na Costa Rica, por isso eu conheço a Costa Rica. Sempre que eu faço uma apresentação, primeiro eu peço desculpas. Acho que isso começou em 2006 quando eu percebi que era bom pedir desculpas porque nós, da Costa Rica, pedimos desculpas o tempo todo.

Primeiramente, quero pedir desculpas porque amanhã vamos ganhar da Inglaterra. E se houver algum uruguaio aqui, eu digo o mesmo. Agora, o próximo pedido de desculpas é o seguinte. Este estudo é um pouco antigo. Ele foi realizado junto com o Centro de Estudos sobre Propriedade Intelectual, com meus colegas [Joby Brown] e [Holden Hatcher].

Tivemos essa ideia de realizar o estudo porque ninguém falava nem discutia os contratos de livre comércio e seu impacto sobre os países da América Central e região. E foi interessante ver que todos falavam de contratos de livre comércio com o Chile, o FTA com a Jordânia, com a Austrália e depois outros países, depois surgiu o NAFTA e outros tratados.

E esses contratos de livre comércio com a América Central e países similares nunca foram estudados. Peço desculpas porque o estudo é um pouco antigo e precisa ser atualizado, no entanto ele é útil como um breve histórico para iniciar o debate neste grupo.

Este contrato de livre comércio foi negociado entre os Estados Unidos e os países da América Central inicialmente, e mais tarde foi executado também com a República Dominicana. Ele foi assinado inicialmente em 2004 por esses países que eu mencionei, os países da América Central.

Depois disso, no mesmo ano, a República Dominicana entrou. Ele foi ratificado por todos os Estados.

Preciso destacar que o contrato de livre comércio em si tinha o objetivo, e acho que essa é sua realidade política, de ir além do conteúdo dos contratos de livre comércio assinados por organizações, especificamente a Organização Mundial do Comércio. A principal crítica contra esses tratados é que eles buscam... algumas pessoas dizem que mais poder, outras dizem mais autoridade, para os signatários.

Com certeza, essa é uma conotação política, alguns países se opõem à assinatura do contrato, especificamente na Costa Rica, que é o país que eu mais conheço. Foi muito demorado. Houve até uma votação em [inaudível], não lembro exatamente, mas chegou a 50%. Acho que 49%, pois muitas pessoas eram completamente contra a assinatura desse contrato.

Normalmente todos esses contratos têm a mesma estrutura. Eles se referem a questões de comércio, telecomunicações, comércio eletrônico, direitos e o mesmo vale para o [KAFTA]. É conhecido como [R KAFTA] ou [KAFTA DR]. Esse contrato tem capítulos e um deles se refere à resolução de disputas. O foco principal são os ICTs.

Telecomunicações, comércio eletrônico e propriedade intelectual. Celia já explicou esses conceitos, não farei isso novamente. Com relação aos nomes de domínio, não há análise profunda da questão das marcas registradas. Sabemos que os nomes de domínio não são marcas registradas. No entanto, estamos falando de procedimentos, procedimentos de resolução de disputas. Então, menciona-se marcas registradas, mas não há análise específica dos nomes de domínio.

No entanto, a seção 15 - 4, cujo título é Nome de Domínio na Internet, diz que as partes determinarão o procedimento apropriado para a resolução de disputas. E que o UDRP será adotado. O UDRP será adotado. Em alguns países, como a Costa Rica, não tínhamos uma cultura de resolução de conflitos. Por isso todos os conflitos ou disputas eram levados a Genebra, pois não havia mecanismos locais.

E essa é uma expressão típica da principal crítica a esses contratos. A crítica diz que os países são pressionados, que não há mecanismos nativos. Em termos de comércio eletrônico, isso é mais interessante. Bom, depende do que vocês chamam de interessante. No comércio eletrônico, não há alteração da prática internacional tradicional, como o TWTO, que diz que as transferências eletrônicas não estão sujeitas a impostos e não serão impedidas.

Então, quando os produtos digitais são enviados fisicamente além das fronteiras, o artigo 14-3 por exemplo diz que serão aplicados os impostos, como CDs. Então o que importa aqui é que há um envio físico. E depois, a seção 14-3 menciona os padrões de tratados nacionais. Então, na prática, isso é muito similar ao status quo.

Com relação à responsabilidade dos intermediários na Internet, é evidente que os Estados Unidos estão tentando exportar sua legislação principalmente aos países da América Central, já que praticamente toda a seção sobre responsabilidade na Internet é copiada do Digital Millennium Copyright Act. Ela foi transposta para a legislação internacional. E isso deve ser destacado porque quase nenhum país tinha provisões sólidas com as do DMCA.

Porque sabíamos em que consistia o tratado [WIPO] sobre direitos autorais. Outros tópicos abordados no contrato que são interessantes ou aplicáveis a ICT são as multas, por exemplo, de proteção tecnológica, as medidas, o gerenciamento de direitos digitais. As multas que existiam na legislação dos Estados Unidos foram transferidas para os países da América Central, por exemplo em relação a danos.

Os danos agora são regulamentados, com punições muito rigorosas. Digamos que [inaudível] se eu puder usar esse termo, do sistema jurídico de nossos países para nos ajustar às exigências mais altas dos Estados Unidos, porque tivemos que usar a legislação deles. Isso não está no PDF de vocês, desculpem.

Então o que aconteceu? Vocês podem achar que eu sou completamente contra o [KAFTA], mas na verdade eu não sou. Apesar de algumas das implementações, como a [transposição] da legislação dos Estados Unidos, muito específica dos Estados Unidos, para os países que não estão familiarizados com esse tipo de legislação, ele resultou na abertura de alguns mercados que estavam fechados. Isso foi [inaudível] para a Costa Rica, e eu me beneficieei com isso.

Estou nisso há alguns anos. O setor de telecomunicações se abriu. Eu critico algumas das maneiras em que essas leis foram implementadas, mas ainda assim houve a abertura. Até nosso presidente em um determinado momento foi contra a assinatura do contrato de livre comércio. A primeira coisa que ele fez foi escrever para o anfitrião da missão dos Estados Unidos para trazer [inaudível].

Então, ele passou a estar a favor do contrato. A questão que está em discussão aqui é que houve uma corrente política subjacente. Nossos

países, países em desenvolvimento, [inaudível] que agora moram no Reino Unido, eu me vejo como costarriquenho. Sempre foi assim. O problema é que queremos fazer comércio com os Estados Unidos.

Queremos fazer comércio com a Europa. E para isso, precisamos aceitar os termos e condições que eles nos oferecem. Não vou afirmar que eles nos obrigam a fazer algo, porque não é isso. Nós aceitamos. No entanto, às vezes não sabemos, em nossos países, não temos o conhecimento para negociar os conceitos jurídicos, os instrumentos jurídicos que fazem parte desses tratados, dos contratos, e isso pode ser prejudicial para nós.

Acho que na prática, o comércio internacional e o comércio com grandes mercados nos beneficia, mas precisamos de mais conhecimento, mais conhecimento nacional para estar em melhores condições de negociar. Algumas coisas são mostradas para nós como drogas milagrosas e na verdade não são. Isso ficou muito claro no caso do [ACTA]. As negociações da parceria transpacifico, que continuam em andamento, como Celia disse, são secretas e não sabemos muito sobre isso.

O que eu li até agora me assusta, para ser honesto. Mas como vocês sabem, é sempre assim. O texto inicial pode ser assustador, no momento da negociação final já não é tanto e foi isso que aconteceu com o [ACTA]. O [KAFTA] foi muito assustador no início, mas a versão final não é.

Eu li e disse "isso poderia ser implementado". E nenhum artigo das leis europeias vai mudar, porque foi negociado que o contrato poderia chegar ao fim. Isso é tudo. Obrigado.

CELIA LERMAN: Sou Celia. Muito obrigada Andres pela visão da América Central. Agora passo a palavra a Margarita, ela vai falar sobre a experiência do Chile.

MARGARITA VALDEZ: Sou Margarita Valdez. Boa tarde. Sou diretora jurídica e comercial da Net Chile, o registro de .CL. Sou membro da ccNSO representando a região do Caribe. A experiência do Chile foi muito interessante. Vamos ver nos slides que esse aspecto dos contratos de livre comércio iniciado pelos Estados Unidos começou com o Chile. Isso ajuda a entender nossa experiência.

Isso me ajuda a entender nossa experiência. O primeiro comentário que eu gostaria de fazer é que precisamos destacar o histórico do Chile. Na área de nomes de domínio, o Chile está muito avançado. Quando o contrato foi assinado em 2003, ponto CL era um registro robusto. Desde 1997, ele tem o próprio sistema de resolução de disputas. Isso é interessante porque no encontro da ICANN em agosto de 99, realizado em Santiago, Chile, quando a ICANN conseguiu adotar as regras do UDRC, o Chile já tinha o próprio sistema de resolução de disputas.

E isso é significativo porque quando tivemos que enfrentar os próximos contratos, nossa comunidade já era robusta por causa dessa política, a política de resolução de disputas, que em nosso caso consistia em um procedimento de arbitragem. No ano 2000, emendamos nosso sistema de resolução de disputas incluindo a mediação como meio [inaudível] de resolução local de disputas.

E isso foi importante porque o método que usávamos no Chile, que ainda é utilizado, oferece melhores condições que as da UDRP. E o que isso significa? Trata-se de um sistema de arbitragem. Então nas condições de ponto CL, a resolução é feita por um árbitro e sua validade é reconhecida. A diferença é que ela tem a autoridade de qualquer decisão judicial, diferente da URDP, que é um sistema de panelistas que, apesar de ter todas as condições suficientes para tomar uma decisão, resolve a disputa com um tipo de regulamentação diferente que pode ser contestada por um tribunal. Portanto, embora o sistema local de resolução de disputas não impeça que os usuários dos nomes de domínio entrem na justiça para aplicar seus direitos, o motivo é diferente.

A base para o processo deve ser diferente da original. Em alguns processos judiciais, a Corte Suprema reconheceu que as decisões adotadas pela UDRP em relação a ponto CL tinham a firmeza necessária. Elas são o aspecto [inaudível], que não pode ser removido a menos que haja novos argumentos.

Então quando fizemos esse acordo com os Estados Unidos, foi muito interessante, aconteceram muitas coisas positivas. Primeiramente, a equipe de negociação entendeu que isso era algo totalmente novo. E fomos convidados para conversar com eles, explicar como era o setor, o que a Net Chile estava fazendo e como poderíamos trabalhar juntos.

O sistema de resolução de disputas baseado em arbitragem foi muito bom e tivemos muito reconhecimento da Comunidade da Internet Local. Mas [inaudível], o diretor da Net Chile, que estava liderando uma

equipe de negociação. Tivemos que fazê-lo entender que há estruturas [inaudível] no governo dos EUA.

Não podemos dizer vocês são ponto US, nós somos ponto CL. Vocês usam a UDRP. Nós temos um sistema local de resolução de disputas que tem o mesmo valor. Então, a melhor solução é que cada parte contratada reconheça que deve haver um mecanismo de resolução de disputas e que os princípios desse mecanismo devem se basear na UDRP.

Isso foi incluído no texto. E ficamos muito felizes com isso, pois de alguma maneira não fomos atropelados. Pudemos manter nosso sistema e o valor que ele tinha em nossa comunidade. Então, nessa área específica de nomes de domínio, estamos muito satisfeitos. É interessante ver que o artigo 17.3 do contrato de livre comércio entre Estados Unidos e Chile dá a cada parte...

Vou ler o artigo se vocês esperarem um pouco. O artigo 17.3 do contrato de livre comércio entre os Estados Unidos e o Chile diz que para nomes de domínio de Internet, cada parte exigirá que o administrador do ccTLD, nesse caso, ponto US e ponto CL, forneça os mecanismos adequados para a resolução de disputas baseado nos princípios do Processo Uniforme de Resolução de Disputas para nomes de domínio.

Para resolver o problema da pirataria cibernética, das marcas registradas ou nomes de fabricação. Dois, o administrador de cada ccTLD deve fornecer acesso gratuito on-line a um banco de dados confiável e preciso com dados de contato de registrantes de nomes de

domínio de acordo com a legislação de cada parte sobre a proteção de dados pessoais.

A parte boa da experiência é que, primeiro tivemos uma cooperação direta com a outra parte, o governo foi muito aberto em relação a isso. Segundo, é que o primeiro sistema, nosso sistema local, prevaleceu. Os Estados Unidos replicaram nossas provisões, nossos princípios em seu tratado com a Austrália. Foi bom ver que esse sistema que respeita outros sistemas de resolução de disputas dos países com os Estados Unidos ganhou espaço.

E isso foi replicado em outros contratos. Com relação ao TTP, nossa administração mudou em março deste ano. Uma mudança interessante. Foi criado um grupo de conselheiros da comunidade depois do caso de vazamento que aconteceu.

Esse comitê foi criado. E no comitê de negociação do Chile, há um grupo de pessoas de diferentes setores, principalmente propriedade intelectual, que oferecem conselhos e ajudam o governo a entender as sutilezas dessa área. O mais importante é que eles oferecem documentos, por exemplo, o DMCA, quando as soluções solicitadas no TPP foram divulgadas, elas eram idênticas à cláusula dos Estados Unidos para o DMCA.

Foi bom para eles entender a origem dessa regra, o que muda e quais são as possibilidades para o TPP. Pelo menos nossa experiência foi positiva nesse aspecto. É verdade que o TPP... Acho que estar no escuro é o pior que pode acontecer em qualquer negociação, como essa com tantas partes. Mas na comunidade chilena, somos otimistas, pois a

participação do Chile nesse contrato foi muito recomendada e isso também tem a ver conosco. Muito obrigado.

CELIA LERMAN: Celia. Ok, agora temos uma sessão de perguntas e respostas. Carlos, por favor, pode falar.

CARLOS AGUIRRE: Obrigado. Estão ouvindo? Sou Carlos Aguirre. Primeiro, bem-vindos a esta Academia. É ótimo contar com este espaço. Gostaria de voltar, porque estamos começando a ter outras discussões que são muito interessantes e importantes para quem trabalha com isso.

Sou professor de economia há 25 anos, na universidade [inaudível] e trabalhamos com esse assunto há muitos anos. Quando eu vi a pergunta sobre a utilidade dos contratos de livre comércio, pensei que precisamos analisar por que a outra parte é sempre os Estados Unidos. A resposta deve ser dada por cada país.

Primeiro, precisamos diferenciar entre governos e Estados. Precisamos saber se eles beneficiam o Estado ou o governo que está assinando o Contrato. A questão aqui é diferente e talvez nesses debates, que são breves, não haja tempo suficiente para falar sobre todos os detalhes.

Ontem no almoço, estava conversando com Roberto [inaudível]. Ele é chileno e é secretário da região. Ele está em Edimburgo. Ele está escrevendo uma tese sobre a análise econômica de eventos não econômicos. A relevância de como os eventos não econômicos afetam a economia.

A lei da economia analisa a economia, e há uma relação entre ICTs, a economia e a lei. Todas essas questões são muito interessantes. E elas devem ser analisadas, como vocês fizeram. Eu adorei a apresentação. Muito obrigado e parabéns.

CELIA LERMAN:

Sou Celia. Temos alguma outra pergunta? Este é o nosso espaço, o espaço do LAC, e precisamos trabalhar nisso e compartilhar nossas experiências. [Consuela], a palavra é sua. [Inaudível], por favor.

Vamos responder a duas perguntas do público e uma pergunta de um participante remoto, se todos concordarem.

DESCONHECIDO:

[Inaudível] falando. Mais que uma pergunta, tenho um comentário. Primeiro, eu trabalhei com o governo do Chile. Na esfera de telecomunicações, não na esfera de nomes de domínio. Eu também cooperei com alguns outros países da América Central em termos de comunicação.

E naquela ocasião, a experiência foi que os negociadores norte-americanos não aceitavam nada. E eles nem sabiam por quê. Então, para negociar, precisamos falar de outros assuntos. Precisamos falar de cotas diferentes, mas não... Podemos discutir muitas coisas, mas não determinados assuntos.

Então, nossa sugestão, nossa recomendação naquele momento, com as pessoas do Chile e de alguns outros países, por exemplo El Salvador, foi negociar os termos. E isso sim foi aceito pelos negociadores dos

Estados Unidos. É uma maneira de ganhar tempo, de ter tempo. Meu segundo comentário é sobre o PPA.

O novo ministro de relações exteriores teve uma ideia, ele disse que não existe Pacífico sem Atlântico. E é importante levar isso em conta, até mesmo para os Estados Unidos, porque eles têm costa nos dois oceanos. Essa ideia foi muito bem aceita no México. E houve uma [inaudível] na Argentina e o Brasil precisou intervir nas regras de negociação.

ANDRES:

Andres [inaudível] falando. Tenho uma experiência para compartilhar. O representante de comércio dos Estados Unidos, ou seja a entidade que representa o governo, é muito estranha. Há pouco tempo, tive uma experiência com eles. Estava realizando uma consultoria com a WIPO de acordo com os termos do contrato, escritos pelos países membros.

Primeiramente, os Estados Unidos disseram que não deveriam ser feitas recomendações. O estudo deveria ser totalmente descritivo. Depois eles disseram que o estudo não podia sequer mencionar os Estados Unidos. Portanto, como sou um pouco curioso, durante a apresentação do relatório, não os mencionei, mas não deixei de incluir as conclusões do meu estudo.

Agora a Casa Branca está fazendo o que eu teria sugerido. Mas devido às políticas dessa entidade, isso não tem nada a ver com o governo, ou com o que o governo está fazendo, a política é criada vai de encontro aos interesses do governo. Isso é algo muito interessante para analisar.

É uma entidade que representa os interesses do governo, mas não das pessoas dos Estados Unidos.

CELIA LERMAN:

Sou Celia Lerman. Muito obrigado. Não temos tempo suficiente. Vamos continuar esse debate mais tarde. Temos uma pergunta de [inaudível]. Bom dia. [Inaudível], de Caracas, Venezuela. É interessante notar que há uma ênfase sobre os contratos de livre comércio como o ACD e o TPP, mas na América Latina há outros tratados, como o [inaudível] e o [inaudível].

Por que eles não são levados em conta? Bom, porque estamos em um encontro da ICANN, e estamos abordando apenas os contratos relacionados à ICANN. Mas é claro que há muitos tratados na América Latina e isso é um ponto inicial, um espaço para trocar experiências.

Sou Celia. Desculpem, mas não temos tempo para mais perguntas.

RODRIGO DE LA PARRA:

Sou Rodrigo de la Parra. Muito obrigado pela sua apresentação. Acho que esse tópico é muito interessante para o nosso espaço. Vamos pensar nisso. Talvez possamos continuar esse debate em Los Angeles e também podemos falar disso mais tarde. Temos mais duas sessões importantes neste espaço, sessões do espaço do LAC.

Queremos falar sobre dois processos importantes. Um é a governança da Internet em nossa região, é o LAC IGF. Como vocês sabem, ele será realizado em El Salvador. E o outro é o IGF na região do Caribe. Temos aqui nossa amiga Bernadette Louise. Bernadette, obrigada por vir.

Quero que ela nos conte sobre o processo de preparação para o IGF que será realizado na região do Caribe. Por favor, pode falar.

BERNADETTE LOUISE:

... acabou de ligar [inaudível]. Mas enquanto esperamos [inaudível]. Só quero dizer que a discussão sobre os procedimentos foi tão interessante, ela abriu novos pontos para pensar e explorar. Eu fiquei muito feliz ouvindo as [inaudível] apresentações. Acho que com certeza precisamos trabalhar em equipe na região da América Latina e Caribe.

Como vocês ouviram, meu nome é Bernadette Louise. Sou secretária-geral da União de Telecomunicações do Caribe. É uma organização intergovernamental. Temos 20 países membros. Ela foi estabelecida em 1989 pela [cara-com], a comunidade caribenha, os chefes do governo, para ser o conselheiro de políticas para ajudar a formular políticas harmonizadas na região.

Nosso assunto principal eram as políticas harmonizadas. Depois, em 2003, expandimos a pauta da União de Telecomunicações do Caribe para lidar com questões de governança da Internet. E em 2004, reconhecendo que os governos realmente não podiam fazer o trabalho sozinhos, expandimos a afiliação da União de Telecomunicações do Caribe para incluir organizações do setor privado, a sociedade civil e governos que não eram membros da [cara-com].

Fazendo isso, criamos um fórum com várias partes interessadas. E todo o nosso trabalho desde 2004 se baseia em várias partes interessadas. Isso foi muito eficaz. Em 2005, depois dos debates de [Wissis], a

comunidade caribenha nos pediu que lidássemos com as questões de governança da Internet em nome da região.

Nosso objetivo é ter uma boa formulação de políticas, desenvolvimento de capacidades, harmonização de sistemas e processos na região. Também tentamos representar a região em fóruns internacionais e servimos como medidor do setor. Analisamos a tecnologia, vemos como ela está evoluindo e tentamos aconselhar nossos governos de acordo com isso.

Temos 20 países membros, como eu disse, além do setor privado, da sociedade civil, de várias outras organizações. Todas participam do trabalho da CTU. Em 2005, estabelecemos do Fórum Caribenho de Governança da Internet. Era um fórum com várias partes interessadas, criado em resposta a uma solicitação da comunidade caribenha.

Convidamos a todas as pessoas que nos vieram à mente. Foi muito interessante. A primeira reunião foi em agosto de 2005. Não sabíamos muito sobre governança da Internet e foi um conjunto preliminar de debates.

Também criamos um fórum on-line sobre governança da Internet. Depois das três primeiras reuniões de nosso Fórum de Governança da Internet, estabelecemos uma estrutura harmonizada de políticas, que orientaria o trabalho de governança da Internet a partir daquele momento. Esse trabalho foi facilitado pela União de Telecomunicações do Caribe.

Preciso destacar que o Fórum Caribenho de Governança da Internet foi o primeiro do mundo. Neste ano, realizaremos nosso 10º Fórum

Caribenho de Governança da Internet, de 6 a 8 de agosto nas Bahamas. Uma das primeiras coisas que reconhecemos é que precisávamos aprender muito, absorver muito conhecimento sobre a governança da Internet e sua natureza multifacetada.

Nós, como parte da estrutura de políticas, identificamos que a conscientização e o treinamento precisavam ser uma parte significativa do trabalho que fizemos. Celia, você mencionou a necessidade de informar os ministros de relações exteriores e diplomatas. Nós começamos a dialogar com nossos ministros imediatamente. E não só ministros de telecomunicações, mas também membros do judiciário, responsáveis pela aplicação da lei, grupos muito mais amplos de partes interessadas, porque a questão da governança da Internet é muito abrangente.

E realmente precisamos ir além dos grupos constituintes e clientes tradicionais. Tivemos vários fóruns ministeriais ao longo dos anos, de 2005 a 2014. Fizemos workshops técnicos e workshops sobre políticas de governança da Internet. Realizamos o simpósio 16 IXP e workshops em 14 países da região, conduzimos muitos trabalhos sobre governança da Internet, trabalhos de ICT, por meio de uma de nossas iniciativas de desenvolvimento de capacidade e treinamento, a feira ICT Caribe.

Até hoje, a feira já foi realizada em 18 países e foi necessário repetir a visita em vários países, como vocês podem ver. A conscientização é necessária. A comunicação com várias partes interessadas é necessária. É necessário que a comunicação seja feita com uma linguagem que possa ser entendida no contexto do que as pessoas fazem, do que as partes interessadas fazem.

Trabalhamos em equipe dentro da América Latina. Em 2011, realizamos uma conferência da América Latina e Caribe sobre a governança da Internet. Realizamos também duas atividades conjuntas, o sétimo fórum caribenho de governança da Internet e, é claro, o quarto LAC IGF. Sim, vejo aqui muitas pessoas que estavam presentes nesse evento em Trinidad e Tobago.

Em 2014 realizamos a sexta edição do South School on Internet Governance. Ele foi extremamente bem recebido. Tivemos 134 participantes de 22 países da América Latina e do Caribe. Informamos e conscientizamos sobre questões de governança da Internet e muitas organizações foram encarregadas de diferentes aspectos da governança.

A participação do Caribe aumentou com o tempo. Participamos do IGF, do IGF global. Criamos sedes regionais. Participamos do LACNIC, ARIN, ICANN e ISOC. Estamos aumentando a conscientização sobre o trabalho dessas organizações e, se necessário, participamos delas. Fizemos muitas inovações e trabalho de empreendedorismo, realizamos vários workshops, pois reconhecemos como o mundo mudou.

E que muitos dos processos, muitas das estruturas do século passado foram desmanchadas pela evolução da tecnologia. Estamos incentivando a inovação e o empreendedorismo. Apoiamos os inovadores e empreendedores. Criamos, por meio da feira ICT, um mercado para juntar os inovadores e as pessoas que precisam de seus serviços.

Apoiamos e facilitamos o estabelecimento do Grupo de Operadores de Rede do Caribe, criado para treinar nossos engenheiros e responsáveis

pela manutenção das redes em aspectos muito técnicos das telecomunicações. Queremos que eles vão além da manutenção, que experimentem e maximizem o poder da tecnologia.

Fizemos muitas publicações. Fazemos muitas pesquisas e publicações. Criamos white papers sobre IXPs e adoção de IPv6, em colaboração com a OAS produzimos uma estrutura de segurança cibernética para o Caribe, porque como incentivamos nossos membros a usar a ICT com eficácia, embora não sejamos um órgão de segurança, temos a responsabilidade de alertá-los em relação aos riscos.

Então também nos envolvemos muito com o aspecto da segurança cibernética. E quero destacar a importância da parceria estratégica para a governança da Internet com base em ICT, é uma responsabilidade coletiva. Nenhum organismo poderia fazer isso sozinho. E a maior parte do nosso trabalho é executado por meio de parcerias específicas.

Esses são só alguns dos parceiros com os quais costumamos trabalhar. É trabalho demais para qualquer organização, conseqüentemente precisamos trabalhar em equipe. Fizemos parcerias estratégicas significativas para permitir o cumprimento de nossa pauta.

Aqui vocês podem ver alguns de nossos parceiros regulares. E garanto que há trabalho suficiente, não há motivos para brigar por espaço. Há trabalho suficiente para todos, podem acreditar. Vocês vão perceber que o trabalho só aumenta. E alguns dos resultados... Eu dei uma breve visão geral de todas as atividades de que participamos nos últimos dez anos e conseqüentemente, percebemos uma conscientização maior sobre as questões de governança da Internet.

Acho que temos quatro membros participando do GAC como resultado da divulgação que estamos fazendo. É claro que a expertise técnica vai aumentando. Quando você participa de um desses encontros pela primeira vez, é como estar em uma máquina de lavar. Você fica boiando. Mas nós apoiamos nossas partes interessadas a participar, assim elas aprendem e a expertise técnica aumenta muito.

Mencionei o aumento da participação em muitas atividades globais, regionais e internacionais de ICT. E uma das coisas que nos deixa muito felizes é que temos pontos de troca de Internet no Caribe. Isso é um resultado direto do trabalho do Fórum Caribenho de Governança da Internet. Todos os pontos de troca de Internet, sem exceção, foram estabelecidos como resultado do trabalho da CTU.

E o Fórum Caribenho de Governança da Internet, junto com nossos parceiros estratégicos, continuaremos trabalhando e apoiando os inovadores caribenhos. Vimos jovens maravilhosos sendo muito bem-sucedidos graças ao que aprenderam por meio do Fórum Caribenho de Governança da Internet e, é claro, da feira ICT Caribe.

Nossas próximas etapas são a finalização da segunda versão da estrutura caribenha de políticas de governança da Internet. A primeira versão se concentrou em cinco áreas estratégicas. A infraestrutura lógica, a infraestrutura física, a criação de conteúdo, a conscientização e a pesquisa. E trabalhamos nessas cinco áreas.

Para a próxima versão, que será finalizada no dia 10 de agosto no Fórum de Governança da Internet, sei que várias outras áreas foram sugeridas pela comunidade, segurança, privacidade e várias outras áreas serão identificadas. E como a comunidade contribuiu com o desenvolvimento

dessa estrutura de política, a CTU facilita sua implementação juntando as partes interessadas necessárias.

Também estamos trabalhando em agregar valor ao IXP. Não queremos que nossos provedores de serviços só troquem tráfego. Isso é maravilhoso, e tem pontos positivos, mas há muito mais a ser feito. Temos um programa que implementaremos em agosto para mobilizar as comunidades locais para aumentar a adoção do IPv6 e das DNSSEC.

E mobilizaremos comunidades nacionais. Até agora, trabalhamos regionalmente, mas queremos nos aprofundar mais em nossos 20 países membros para que as comunidades de usuários da Internet participem mais do debate global. Outra área são os modelos [inaudível] de economia da Internet. Muito importante, como eu disse, o mundo mudou, e agora é possível eliminar muitas etapas para iniciar um negócio, mas é necessário contar com um ambiente possibilitador.

Temos feito muita divulgação, temos modelos educacionais e de novos negócios para a economia da Internet, especialmente porque no Caribe 80% da economia está relacionada a empresas de pequeno e médio porte. Então, realmente precisamos nos concentrar no desenvolvimento de capacidade para usar a Internet com eficácia e para incentivar as empresas de ICT a usar melhor a Internet.

É claro que vamos fortalecer os ccTLDs. Isso vai acontecer, estamos trabalhando nisso com a ICANN. Estamos pesquisando muito sobre as iniciativas de criação de conteúdo. Precisamos criar conteúdo regional, atraente, realmente caribenho para dar suporte aos inovadores.

Tenho algumas observações finais. Muito do que fazemos tem a ver com a mudança da mentalidade. Acho que esse é o desafio, especialmente sob a nossa perspectiva, a perspectiva de nosso governo. Se não respondermos de forma adequada às mudanças que aconteceram no mundo, vamos ficar para trás.

Então, temos que mudar mentalidades. Depois precisamos conseguir o apoio de várias partes interessadas diferentes. A diversidade é maravilhosa, ter visões diversificadas ajuda muito a chegar a soluções melhores. O que estamos fazendo aqui, como eu disse antes, é de responsabilidade coletiva. Precisamos fazer a pesquisa.

Não podemos evitar. É preciso apurar os fatos. Ter a evidência para as políticas, caso contrário, as coisas não dão certo. Informar as partes interessadas, do governo aos usuários finais. É necessário fazer isso. Para que as pessoas tomem medidas significativas e realmente aproveitem os benefícios de tudo o que está acontecendo.

E façam planos realistas. Quando começamos, reconhecemos que há coisas que simplesmente não temos capacidade de fazer. Deixamos essas coisas de lado e nos concentramos onde podíamos fazer a diferença enquanto desenvolvíamos capacidade em outras áreas.

E finalmente, executamos. Fazer planos é maravilhoso, mas é inútil e uma perda de tempo se vocês não agirem, se não executarem. A maior jornada começa com o primeiro passo. E a execução é algo que nós, do Fórum Caribenho de Governança da Internet, demonstramos que é possível, mesmo sem muitos recursos. Se vocês pensarem bem, podem ter um impacto significativo.

Acho que o que conseguimos nos últimos 10 anos fala por si. Podemos fazer muito com muito pouco. É só pensar e agir. Com isso concluo a breve atualização do status do Fórum Caribenho de Governança da Internet. Obrigada a todos.

RODRIGO DE LA PARRA: Sou Andres. Sou Rodrigo. Obrigado Bernadette. Sua apresentação explicando o que aconteceu no Caribe foi muito interessante. Foi muito inspirador ouvir seus últimos comentários. Estou totalmente de acordo. Mas vamos deixar as perguntas para o final. Agora passo a palavra a Fatima, que vai nos contar sobre a experiência do LAC IGF e depois faremos perguntas a ambas.

FATIMA CAMBRONERO: Sou Fatima. Obrigado, Rodrigo. Obrigado pelo convite. Vou explicar o que é o LAC IGF. Muitos de vocês já sabem. É o Fórum dos Governos da América Latina e do Caribe sobre a Internet, em preparação para o IGF global. Esse ano, ele será realizado em San Salvador nos dias 16 e 17 de julho no hotel [inaudível].

E os anfitriões locais desse ano são [inaudível]. Vi as pessoas da [conexão] ali. Vou explicar sobre o processo do LAC IGF em nossa região. Esse evento foi realizado pela primeira vez em 2008 em Montevideú. Os três organizadores locais foram o LACNIC, o [inaudível] da Internet e a associação de progresso da comunicação. Desde a formação regional em 2008, ele evoluiu para um compromisso programado.

Em 2014, este ano, temos um programa com várias partes interessadas, com um compromisso com os representantes de cada uma delas, entre as quais o LACNIC e o LTD, da comunidade técnica, [inaudível] do [inaudível] do setor privado. Governos como os da Argentina e do Brasil, que já participaram este ano, acompanhados pelo Uruguai e pelo México, além de organizações da sociedade civil, temos a APC [inaudível] Argentina, da qual sou membro, junto com a associação [inaudível] de direitos civis e a [inaudível], que também são membros da comunidade.

Desde 2012, o LACNIC é a secretaria do LAC IGF. Esse é um evento da comunidade e para ela. Nós do comitê do programa representamos todos os setores. Quem tiver interesse em fazer comentários pode falar conosco e contar suas preocupações, contribuições, ideias de melhoria, qualquer coisa.

As características peculiares de nosso IGF regional é que todas as partes do evento foram desenvolvidas em conjunto com a comunidade, como a pauta, criada em equipe. Nesse ano, o comitê do programa enfrentou o desafio da mudança do cenário depois do NETmundial.

E dos tópicos típicos de nossa região e da agenda global do IGF. Então nos próximos dias teremos a publicação da agenda. Um dos objetivos que definimos para esse evento é que precisamos incluir no LAC IGF nossa própria pauta regional, com assuntos de interesse para nossa pauta regional.

Parece que a pauta já foi publicada em espanhol. Então, vocês podem encontrá-la no site do LAC IGF. Vocês também podem se inscrever on-line a partir do site. Nesse ano também adicionamos mais duas

atividades. Uma delas é o seminário na Web anterior, um pré-seminário na Web do LAG IGF em colaboração com os membros do grupo de desenvolvimento de capacidade do IGF ING global.

Em nossa região, teremos o pré-IGF no dia 7 de julho, às 15h UTC. Vamos divulgar isso, vocês serão convidados e aqueles que nunca participaram de um encontro LAC IGF terão a chance de obter informações sobre o encontro, como participar, quais são as nossas expectativas, quais são as expectativas dos participantes e como contribuir.

Esse é um espaço de debates cuja função principal é que as partes interessadas se conheçam. Depois do NETmundial, uma das solicitações foi o fortalecimento do IGF e, conseqüentemente, do LAC IGF, a comunidade [inaudível] está pedindo que ele seja mais como um espaço de debate. Por isso temos esse desafio pela frente.

Outra característica do nosso IGF é que no dia 16 de julho será realizada uma reunião de orientação para complementar o seminário na web. Vocês serão convidados a participar. Principalmente quem nunca participou desse encontro. Mas aqueles que já participaram também serão convidados para contar sua experiência aos que vão pela primeira vez.

Vocês saberão quem foram os escolhidos para receber a bolsa para participar. Agora quero pedir a solidariedade de vocês. Tivemos a sorte de contar com o apoio da ICANN, do LAC TLD, do LACNIC, do Google, [inaudível] entrou outros patrocinadores que estão contribuindo. Isso nos permite levar mais pessoas à reunião.

Então quem tiver dinheiro sobrando e quiser ajudar o LAC IGF, fale conosco, porque qualquer coisa que vocês puderem doar pode significar mais um colega participando da reunião. Tenho muito mais a dizer para vocês, mas por ora é suficiente. Muito obrigado.

RODRIGO DE LA PARRA: Sou Rodrigo. Obrigado, Fatima. Estamos quase sem tempo, mas temos um comentário de [inaudível].

DESCONHECIDO: [Inaudível], membro da Diretoria, sou do Chile. Também fiz parte da negociação com os Estados Unidos [inaudível]. Tenho uma pergunta muito específica para você. Fatima, muito obrigado pela apresentação. Há muitas perguntas a serem feitas, tenho certeza de que poderemos continuar debatendo esses assuntos em Los Angeles.

Você disse que uma medida específica é algo muito importante, que foi um dos focos do IGF do Caribe. Ainda estou pensando sobre como vocês criaram conscientização sobre governança da Internet e as questões do IGF na região do Caribe. Quero saber que medidas específicas vocês desenvolveram e se vocês puderam identificar maneiras de aumentar a conscientização sobre essas questões? Como vocês estão se planejando?

Quais são suas projeções para o futuro? Obrigado desde já.

BERNADETTE LOUISE: Temos vários mecanismos diferentes para a conscientização. Por exemplo, a feira ICT Caribe, que tenta atingir o maior número possível

de cidadãos caribenhos de todos os setores em um determinado país. As feiras nunca são iguais. Não dá parar criar um molde. Antes de começar, visitamos o país, entendemos o ambiente, como eles estão em termos de liberação, qual é a penetração, fazemos a averiguação de antecedentes do ambiente.

Depois criamos um programa direcionado às áreas identificadas pela comunidade. E isso é muito importante. Uma das coisas que aprendemos desde o início é que quando fazemos uma feira da ICTU Caribe, quem participa são os profissionais de ICT e esse não é o público que precisamos atingir.

Precisamos nos comunicar com outras partes interessadas. Por isso começamos a ir até as comunidades e conhecer diferentes partes interessadas. Fomos a fazendas, ao departamento de agricultura. Tivemos sessões sobre a aplicação da lei. Para que as pessoas que normalmente não lidam com isso pudessem ter alguma noção.

Concluimos que na maioria dos casos, é como acender a luz e colocar as pessoas no caminho certo para que elas possam caminhar sozinhas. Como eu disse, são públicos diferentes, cada país é um país e trabalhamos com a comunidade local para identificar os tipos de treinamento e divulgação necessários.

A outra coisa é que se os ministros não entendem, é muito difícil que algo seja feito. Então nosso foco na divulgação para os ministros é explicar a tecnologia em uma linguagem apropriada para eles. Falamos um pouco sobre bits e bytes, mas também falamos sobre as implicações para as políticas, para a legislação, as normas, o possível impacto da tecnologia sobre o desenvolvimento nacional.

Levamos ao público uma mensagem diferente, que eles possam receber no contexto do que fazem, e isso se mostrou muito eficaz.

RODRIGO DE LA PARRA: Sou Rodrigo. Obrigado, Bernadette. E obrigado a todos porque precisamos interromper a sessão. Obrigado a todos.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]